



## **A IMPORTÂNCIA DO EJA PARA OS JOVENS E ADULTOS DA ALDEIA SASSORÓ**

Dila Duarte Castelão (E.M. UBALDO ARANDU KWE-MI)<sup>1</sup>  
[dilladuarte@hotmail.com](mailto:dilladuarte@hotmail.com)

Lívia Ribeiro Viegas (UFGD)<sup>2</sup>  
[liviariwegas@hotmail.com](mailto:liviariwegas@hotmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na aldeia de Sassoró no município de Tacuru/MS. O artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do EJA para os indígenas da Aldeia Sassoró. Foram abordadas a contextualização da escola onde o EJA está inserido na aldeia Sassoró, o perfil dos alunos e o currículo desta modalidade na escola indígena. Também discutimos o EJA sob a lei 9.394/96. O referencial teórico utilizado fundamenta-se em Silva (2015), Haddad (2000), Di Pierro (2005) e na Lei 9.394/96, além de entrevistas realizadas com alunos que cursaram o EJA na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** EJA; Indígenas; Escola Indígena.

**ABSTRACT:** This work deals with Youth and Adult Education (EJA) in the village of Sassoró in the municipality of Tacuru/MS. The article aims to reflect on the importance of the EJA to the indigenous of Aldeia Sassoró. The contextualization of the school where the EJA is inserted in the village Sassoró, the profile of the students and the curriculum of this modality at the indigenous school were approached in this paper. We also discussed the EJA under Law 9,394/96. The theoretical framework used is based on Silva (2015), Haddad (2000), Di Pierro (2005) and Law 9.394 / 96, as well as interviews with students who attended the EJA at school.

**KEYWORDS:** EJA; Indigenous people; Indigenous School.

### **1. Introdução**

Este artigo iniciou-se com uma pesquisa realizada durante a disciplina de Estágio do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu* na Universidade Federal da Grande Dourados. A partir do estágio em uma sala de EJA, percebemos a importância desta modalidade de ensino para os indígenas da aldeia Sassoró. Os alunos desta turma são adultos que voltaram para a sala de aula para retomar seus estudos em busca de

---

<sup>1</sup> Docente da Escola Municipal Indígena “Ubaldo Arandu Kwe-mi”, localizada na Aldeia Sassoró no município de Tacuru/MS.

<sup>2</sup> Docente da Faculdade Intercultural Indígena FAIND/UFGD/Curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu”; Mestre em Letras pela Faculdade de Comunicação Artes e Letras FACALE/UFGD.



finalizar o processo de escolarização, de se preparar para o mercado de trabalho e para dar uma vida melhor para seus filhos.

O EJA (Ensino de Jovens e Adultos) é muito importante para jovens e adultos retomarem seus estudos, o objetivo é desenvolver o Ensino Fundamental e Médio de qualidade para alunos que são considerados fora da idade escolar pela concepção educacional estabelecida no Brasil, ou seja, há um período escolar esperado. Os alunos da EJA geralmente são trabalhadores, empregados e desempregados que não tiveram acesso à escola na infância/juventude por diversas razões.

Minha motivação pelo tema vem da minha experiência como aluna do EJA em uma escola regular na cidade de Iguatemi. Casei muito cedo e por causa dos filhos parei de estudar na 4ª série do Ensino Fundamental, atual 5º ano pela nova legislação. Retomei meus estudos depois que meus filhos já estavam grandes, fiz Ensino Fundamental e Ensino Médio regular, juntamente com as crianças em idade escolar. Enquanto estava no ensino médio também cursava magistério Ára Vera em Dourados. Conclui o Ensino Médio e o Ára Vera no ano de 2010 e, posteriormente, como aluna do curso de Licenciatura Intercultural – *Teko Arandu*, realizei meu estágio em uma turma de EJA na escola da aldeia Sassoró. Muitos desafios ainda surgem no ensino de jovens e adultos, principalmente para adultos indígenas que têm dificuldade com a escrita da própria língua e com a língua portuguesa.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre a importância do EJA para os indígenas da aldeia Sassoró e as possíveis mudanças que esta modalidade de ensino está trazendo para a vida de jovens e adultos indígenas guarani e kaiowá, para que eles possam ser inseridos de forma autônoma em uma sociedade culturalmente alfabetizada e letrada. Sabemos que há diversos motivos que levaram os alunos a deixarem a escola, entre eles: a proibição dos pais e maridos de não deixarem seus filhos ou suas esposas frequentarem a escola, o trabalho para sustentar a família, ou não poder estudar para cuidar de filhos pequenos. Apenas quando jovens ou adultos, eles têm oportunidade para voltar a estudar e isso já é uma grande conquista, porque os jovens e adultos indígenas querem aprender a ler e a escrever, aperfeiçoar seus conhecimentos, e é muito importante incentivar, incluir



e motivar esses alunos a continuarem seus estudos, a buscarem conhecimentos e se qualificar, porque a educação é importante para vida toda. O EJA contribui para o fortalecimento da luta dos direitos indígenas, complementa os conhecimentos tradicionais vindos dos mais velhos - pais e avós e promove a cultura indígena dentro da escola.

O presente trabalho foi realizado na terra indígena de *Sassoró* que está localizada no município de Tacuru no estado de Mato Grosso do Sul. A reserva indígena de *Sassoró* tem uma população de aproximadamente de 3.500 pessoas com a presença das etnias Guarani e Kaiowá que estão distribuídas entre 500 a 765 famílias, a 05 km da rodovia entre os municípios de Tacuru e Iguatemi.

A Aldeia *Sassoró* fica a 30 km de Tacuru, os pontos de referências são o Posto de saúde Guilherme resã Kwe-Mi, a Escola Municipal Indígena Ubaldo Arandu Kwe-Mi, a Casa Dias Luzileide Silveira. Há também igrejas de várias denominações, bares e o posto da Funai que atende a aldeia.

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico da Escola), o nome *Sassoró* foi dado pelos brancos, antes a aldeia se chamava *Ramada*. Na época o rio *Hovy* era porto, por onde vinham canoas, lancha, barcos, jangadas e botes, para levarem erva-mate para Iguatemi e Guairá. Um dia, homens indígenas trabalhavam e comercializavam seus produtos no local e visualizaram que o pátio do porto estava desmoronando. Então os indígenas falaram *osoró*. Todos os dias chegavam e falavam a mesma coisa. Os não indígenas começaram a imitá-los, mas falavam errado. Diziam *Sanssoró*, os indígenas os corrigiam, mas continuavam cometendo o mesmo erro. Depois até os indígenas que estavam juntos falavam *Sassoró*, não *Sanssoró*. Após esse desmoronamento o local passou a ser chamado *Sassoró*. Assim surgiu o nome *Sassoró*. Hoje a aldeia *Ramada* tornou-se um vale pertencente à aldeia *Sassoró*. A aldeia *Sassoró* é dividida em 8 micro regiões: *Itasyryry*, *Ramada*, *Coqueiral*, *Divisa*, *Açude*, *Galino Kwe*, *Kaiowa* e *Posto Kwe*.

O trabalho apresenta também o contexto da escola Ubaldo Arandu Kwe-mi onde funcionou as turmas do EJA, discute o que é o EJA a partir da lei 9.394/96, aponta o perfil dos alunos que cursaram o EJA e apresenta currículo desta modalidade dentro da escola



indígena. Por fim, evidenciamos a importância do EJA na aldeia Sassoró com relatos de alunos.

O referencial teórico utilizado para a discussão do Ensino de Jovens e Adultos foi buscado em Silva (2015), Haddad (2000), Silva (2015) e Di Pierro (2005) e na Lei 9.394/96, além de entrevistas realizadas com os alunos durante o período de estágio.

### **2. O contexto da escola *Ubaldo Arandu Kwe-mi* e o EJA na aldeia de Sassoró**

A Escola Municipal Pólo Indígena *Mbo'eroy Ubaldo Arandu Kwe-Mi* foi criada atendendo reivindicações da comunidade indígena, especificamente para atender os alunos do Ensino Fundamental, do Pré ao 9º Ano.

A escola possui extensões nas aldeias Sassoró e Jaguapiré (até o ano de 2016). As extensões são: *Mbo'erenda Ubaldo Arandu Kwe-Mi* sabedoria do Ubaldo (Sede), *Mbo'erendaTajy Poty* - Flor do Ypê, *Mbo'erenda Jaguapire* - sala Tomazia, desde o ano de 2016, a aldeia Jaguapiré não faz mais parte da extensão da Escola Ubaldo e a *Mbo'erenda Missão* – sala missão. Todas as extensões são denominadas escolas bilíngues em guarani/kaiowá e em português.

A educação na aldeia Sassoró foi implantada pela Missão Evangélica Kaiowá, através do Reverendo Benedito Troquez junto com sua equipe. Aproximadamente em 1928, chegaram duas professoras, Celice e Jandira Dominoni, trazidas pelo reverendo Troquez.

Jandira ensinava na língua Kaiowá, usavam material didático elaborado pela Missão Evangélica Kaiowá de Dourados -MS. Nessa época Educação de Jovens e Adultos eram chamados de MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e hoje é chamado de EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Nesta mesma época, a liderança Ubaldo Castelão orientava e obrigava as crianças e adultos a estudarem porque precisavam saber ler a bíblia e hinário para cantar.

Em 2006 foi iniciada uma turma de adultos pelo projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos). Os alunos tinham interesse de aprender a ler e escrever, um objetivo e um sonho a ser realizado com a volta aos estudos. Foi quando iniciou-se o ensino para jovens e adultos.

No início do ano de 2015 a professora Beth Gonçalves deu aula na igreja da missão Evangélica Kaiowá no *Galino Kwe*, porque não tinha mais sala para EJA (Educação de Jovens e Adultos), todas as salas estavam ocupadas. A turma do EJA possuía 20 alunos matriculados.

A partir desta turma, em 2016, o EJA foi implantado na escola Ubaldo Pólo, esta é uma escola maior e melhor centralizada dentro da aldeia e facilita o acesso de vários estudantes. Através de colaboração de toda a comunidade, foram abertas três salas, uma em cada período: matutino, vespertino e noturno. Foi uma grande conquista para nossos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

### **3. A Educação de Jovens e Adultos – EJA**

O EJA é um curso para jovens e adultos que pararam de estudar e que pretendem dar continuidade aos seus estudos. Há inúmeros motivos que levam as pessoas a deixarem a escola e não completarem o processo de escolarização. Entre alguns motivos, Haddad aponta:

A renda familiar é a característica social que apresenta relação mais intensa com a discriminação no acesso à alfabetização no Brasil, sobredeterminando as diferenças observadas entre os grupos etários e as populações rurais e urbanas das diferentes regiões do país, enquanto gênero e raça operam como fatores relativamente independentes da condição socioeconômica na determinação das oportunidades educacionais (HADDAD, 2000, p. 32).

Na aldeia, há muitos casos entre mulheres e homens que saíram cedo da escola, os homens para poder ajudar os seus pais para sustentar a família e as mulheres casaram cedo e tiveram filhos. Depois não tiveram mais oportunidade para voltar a estudar. Os homens depois que se casaram não deixam mais a esposa estudar porque acreditam que as atividades da casa são mais importantes, e também afirmam que não tem mais



condições de acompanhar as matérias e, muitas vezes, desistem porque o professor não tem paciência de ensinar aquele aluno que ficou fora da escola por muito tempo.

Haddad (2000) também afirma que a diferença ao acesso à escola afeta com mais intensidade os indígenas e afrodescendentes, especialmente do sexo feminino. O que pode ser confirmado quando apresentamos o perfil dos alunos do EJA na escola da aldeia Sassoró, onde a maioria são mulheres. Diante dessa situação, com o objetivo de diminuir o analfabetismo no Brasil, a Constituição de outubro de 1988 garantiu à população jovem e adulta à educação fundamental, de forma gratuita para aqueles que não tiveram acesso à escola durante a infância e adolescência.

Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reafirmou e garantiu a educação de jovens e adultos. Seguindo o artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Os dois parágrafos referentes ao artigo 37, afirmam:

§ 1º Os sistemas de ensino asseguraram gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado dos seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (LDB, 1996)

Esse artigo se refere a melhoria e qualidade de vida daqueles que voltam a estudar, levando em consideração seus interesses e suas condições de vida, entretanto, o que vemos é que não é fácil por parte do poder público estimular e garantir o acesso desses jovens e adultos na escola.

O artigo 38 da referida lei assegura que “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”.

Sobre os exames citados no artigo 38, explica-se:

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (LDB, 1996).

Além de ser um programa que garanta a continuidade de estudos, é preciso ainda que haja uma discussão acerca de como os conhecimentos dos alunos indígenas possam ser levados em consideração nos exames do programa, que é um programa que vai além de ensinar a ler e a escrever.

Segundo Haddad & Di Piero, o EJA:

(...) compreende uma multiplicidade de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada ao longo da vida...uma gama diversa de atividades socioculturais, de formação para a cidadania, de qualificação e atualização para o trabalho e para a geração de renda, promovidos por diferentes órgãos governamentais e não-governamentais, incluindo programas preventivos de saúde, de formação política e informação sobre direitos, de promoção de jovens, mulheres e idosos, capacitação de conselheiros e agentes comunitários, qualificação e atualização profissional, extensão agrícola, capacitação para o uso de recursos informáticos, aprendizagem de línguas estrangeiras, etc (HADDAD & DI PIERO, 2009, p. 29).

Assim, é no EJA da escola indígena que muitos jovens e adultos indígenas buscam uma nova oportunidade de voltar a estudar. É nas turmas de EJA que encontramos trocas de saberes indígenas e não indígenas, educação para o mercado de trabalho e novas perspectivas para aqueles que querem aprender a língua portuguesa para serem independentes em atividades realizadas juntamente com não indígenas. E para os falantes da língua materna, há o desejo daqueles que desejam ler e escrever em sua própria língua.

#### **4. Os alunos do EJA da escola *Ubaldo Arandu Kwe-mi***



Os alunos que frequentam a modalidade do EJA são em sua maioria jovens e adultos que, por algum motivo, não puderam finalizar seus estudos.

Sobre o perfil dos alunos do EJA, Di Pierro afirma:

Embora todos os grupos etários tenham, na conjuntura atual, necessidades de aprendizagem incrementadas, a maior parte das pessoas que busca no sistema educacional brasileiro oportunidades de estudos acelerados em horário noturno (as características da educação básica de jovens e adultos mais claramente percebidas) são adolescentes e jovens pobres que, após realizar uma trajetória escolar descontínua, marcada por insucessos e desistências, retornam à escola em busca de credenciais escolares e de espaços de aprendizagem, sociabilidades e expressão cultural (DI PIERRI, 2005, p. 1122).

Entretanto, na escola indígena os alunos que frequentam possuem perfis e objetivos diferentes. O EJA, diferentemente da modalidade oferecida na escola regular, funcionava nos períodos matutino, vespertino e noturno. Para cada período de funcionamento do EJA na escola indígena há um público diferente.

No período matutino a maioria dos alunos são mulheres aposentadas que buscam a escola com o objetivo de adquirir as práticas de letramento para garantir a independência nas suas atividades cotidianas, como por exemplo: sacar dinheiro e fazer empréstimo no banco, fazer compras e lidar com dinheiro e para assinar seu nomes nos documentos pessoais (identidade, título de eleitor, entre outros). Além disso, o desejo delas era participar mais das atividades da igreja com a leitura da bíblia e hinários. O que resulta, em princípio, em necessidades econômicas e religiosas, podendo expandir tais necessidades, uma vez que as habilidades para isso estão sendo desenvolvidas.

No período vespertino, a maioria dos alunos são jovens que, por algum motivo, interrompeu seus estudos e buscou na escola uma oportunidade de continuar seus estudos, a fim de conseguirem um melhor emprego. A motivação dos alunos do período vespertino está relacionada com as condições econômicas e sociais.

No período noturno, os alunos do EJA são jovens recém-casados e homens. Os jovens retornavam seus estudos, visando um futuro melhor, já os homens tinham como objetivo obter a carteira de motorista, assim, precisavam aprender a ler e a escrever. Nesse





sentido, os motivos também são econômicos e sociais. Devido a isso, a escola sentiu necessidade de desenvolver políticas que pudessem beneficiar, incluir, integrar esses segmentos sociais da nossa aldeia na escola indígena, num processo real de democratização da educação escolar indígena específica e diferenciada, bilíngue e intercultural, autônoma e real.

A maioria dos alunos da EJA conta que não tinha oportunidade de estudar quando eram crianças, os pais mais conservadores não se importavam com a educação escolar dos seus filhos, não pensavam que um dia eles precisariam de estudos. Na visão dos pais, a obrigação das meninas era fazer seus afazeres de casa junto com a mãe, os meninos ajudavam o pai na roça, capinar, plantar, colher e guardar sementes para plantar de novo. Diante disso, percebemos que a ideia de educação, no sentido do que é necessário e importante aprender e o que era unicamente valorizado dentro da comunidade indígena na visão dos mais velhos, era aprender a fazer as atividades voltadas para a sobrevivência do coletivo e a escola da época ensinava conhecimentos que permitiam uma ascensão social individual. Hoje não é assim, pelo menos, lutamos para que não seja. A escola indígena hoje é pensada para o coletivo, a educação, o conhecimento e a forma como ele é construído, transmitido e aprendido serve tem buscado servir a toda comunidade, inclusive, possibilitando a inserção daqueles que, em outro momento, foram excluídos desse processo, como já colocamos. Isso porque os conhecimentos tradicionais, os valores de nosso povo e o saber dos mais velhos passaram a integrar/compor o currículo da escola indígena e, aos poucos, tem legitimado seu espaço.

Enfim, hoje estamos vivendo um momento mais intercultural, os mais velhos e pais atuais perceberam as mudanças e defendem que todos precisam estudar. As salas de aula do EJA estavam sempre cheias, os alunos desenvolviam pequenos textos, desenhos e escreviam seus nomes. Os alunos também valorizam muito as palavras antigas tradicionais, por exemplo os nomes de animais. Os alunos desenvolviam cartazes com essas palavras e desenhos para ilustrar os mitos contados entre eles.

### **5. O currículo do EJA na Escola Indígena**



No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, a sociedade indígena possui o direito a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue. Assim, a LDB é clara quando afirma que a educação escolar indígena deve ser tratada de modo diferenciado das demais escolas, principalmente pela prática do bilinguismo e da interculturalidade. Além disso, a LDB prevê a formação de professores capacitados para a função.

É na escola indígena que as crianças aperfeiçoam os conhecimentos adquiridos dos seus pais e é na escola que eles aprendem a reafirmar as identidades étnicas, reconhecem o valor de suas línguas e ciências, garantindo as suas comunidades, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional das demais sociedades.

Dessa maneira, é necessário refletir sobre o currículo do EJA na escola indígena, que é uma escola diferenciada. Currículos diferenciados para as escolas indígenas estão respaldadas também nas políticas públicas, é importante que os currículos diferenciados garantam um melhor ensino aprendizagem aos seus alunos.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Ubaldo Arandu Kwe-Mi, a Educação de Jovens e Adultos está organizada em quatro etapas de um ano cada. Cada etapa corresponde aos anos do Ensino Fundamental da escola regular. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade considerada própria/adequada na visão ocidental.

Ainda, de acordo com o PPP da escola, a finalidade do EJA para os alunos indígenas é trabalhar a realidade local na qual estão inseridos, ouvir história dos mais velhos e dos caciques, valorizando a língua, proporcionando maior diálogo da comunidade escolar com os pais; falar, escrever, e produzir textos na língua materna, aumentando o conhecimento para relacionar-se com o nosso semelhante, conhecendo mais profundamente a nossa realidade e agir sobre ela.

Para a escola indígena, o principal objetivo do EJA é que o aluno tenha domínio da linguagem, é por meio da linguagem que a pessoa se relaciona com o outro, conhece e modifica o mundo em que vive, para que os nossos alunos tenha autoestima.

De acordo com o PPP (p. 6), o ensino deve ser pautado nas seguintes orientações:

1. Ensinar a gramática correta na língua materna, e em português;
2. Escrever nas duas línguas;
3. Estimular os alunos a interagirem com "*Nhande ru*";
4. Perguntar como usar e como preparar o remédio da mata;
5. Aprender alguns "*Nhembo 'e*" e para tais doenças. Ex.: dor de dente, cabeça, etc.;
6. Compreender os conhecimentos acumulados e preservados pelos Kaiowá a partir do conhecimento dos nossos alunos.

Nesse sentido, não só os estudantes se beneficiam com a formação, os professores e toda a comunidade aprende e se beneficia com a presença desses estudantes na escola de nossa aldeia. A partir disso, as disciplinas do EJA na escola indígena são: Língua Guarani, Língua Portuguesa, Geografia, História, Educação Física, Artes, Ciências e Matemática. Na EJA tem 4 aula de 50 minutos por dia.

Em Português eles produzem pequenos textos da própria realidade, mas escrevem do jeito que se pronuncia, por exemplo "Fui Bora para minha Caza". E para demonstrar formas de registros mais aceitáveis na realidade não indígena é preciso ter bastante cuidado para não magoá-los. Alguns não sabem ler, mas sabem lidar com o dinheiro muito bem. Também trabalham a tradução do português para o guarani através dos rótulos das mercadorias (arroz, macarrão, material de limpeza).

Na sala de aula os alunos trocavam ideias, conversavam sobre plantas tradicionais, sobre família, costume, organização da aldeia.

A professora relata que é difícil demonstra para os adultos outras possibilidades de registro, inclusive o registro formal, porque eles acreditam que a forma como eles registram é a única forma e a tem como um padrão, no entanto, nos registros aceitáveis da nossa sociedade, sua forma de escrita representa um desvio da norma, muitas vezes. Tal fato ocorre, a nosso ver, pela concepção que esses estudantes têm a respeito da escrita: eles escrevem do jeito que pronunciam as palavras.



Nas aulas de língua Guarani/Kaiowá eles se sentem muito bem, nas aulas de língua materna a oralidade é desenvolvida através de várias histórias tradicionais contadas por eles, como receita de remédio caseiro ex.: Cangorosa, Ysypo milon, Pipi Kati, Cedro, e os remédios do brejo, e os remédios que curam doenças como Aids entre outro. Também a troca de receitas de comidas tradicionais. São nas aulas de língua materna que os aspectos culturais são amplamente trabalhados e discutidos.

A educação escolar indígena ainda é bastante discutida quando se questiona currículo e autonomia, assim pensar na questão da língua e currículo a ser adotado para o EJA, foram levadas em considerações a proposta estabelecida pelo RCNEI que afirma sobre o ensino da língua indígena:

A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira (RCNEI, 1998, p. 118).

A língua de instrução usada para aulas é a língua Guarani e os conteúdos são selecionados de acordo com a realidade dos adultos da própria comunidade.

Em matemática são trabalhadas as quatro operações: multiplicação, adição, subtração, divisão. Para isso são usados grãos de milho ou feijão.

Nas disciplinas de Ciência e Geografia são trabalhos temas relacionados ao trabalho do campo e a realidade local como: época de plantio, hidrografia, as fases da lua, meses do ano, a história da aldeia e suas microrregiões.

Na disciplina de Artes são trabalhados apenas temas relacionados à cultura indígena como pinturas e grafismos indígenas e seus significados, mitos e lendas, vestimentas, etc.

Em Educação Física, os alunos da 1ª fase utilizam mais as brincadeiras tradicionais e jogos indígenas, os demais preferem os jogos de futsal e vôlei.

A alfabetização na EJA (Educação de Jovens e Adultos) na escola indígena é trabalhado de acordo com a realidade dos adultos da própria comunidade. Os alunos que

frequentam esta modalidade de ensino buscam, através da escola, uma melhor qualificação, seja na vida social ou econômica.

Assim, percebemos que o currículo proposto ao EJA da escola da Aldeia Sassoró é um currículo diferenciado que atende aos princípios de interculturalidade e bilinguismo.

### **Considerações finais**

Para destacar a importância do EJA para os alunos da Aldeia Sassoró, apresentamos alguns depoimentos de alunos:

*“Entrei na escola para aprender a ler e escrever para que eu possa acompanhar a leitura da bíblia na igreja, e para acompanhar o cântico do hino na igreja” (M. L., 63 anos, moradora da aldeia Sassoró).*

*“Fui na escola com o objetivo de aprender a ler e escrever, fazer compras ver preços na loja, o que eu acho mais fácil é escrever na língua materna” (F. S., 62 anos, atualmente reside na aldeia Sassoró).*

*“Eu estou estudando para concluir meu estudo do Ensino médio e para ter meu emprego, e gostaria de juntar dinheiro...” (E. O., 26 anos, nascida e residente na aldeia Sassoró)*

*“Eu estou estudando porque gostaria de subir de degrau, parei de estudar faz muito anos, a época que estudei era Mobral. Meus filhos já são crescidos e agora estou estudando, eu e minha esposa.” (R. F., 58 anos, nascido e residente na aldeia Sassoró).*

*“Eu estou estudando porque quero ajudar meus filhos na tarefa da escola. Meu filho é especial por isso faço tudo o que ele pede, por esse motivo pensei em estudar, agora estamos fazendo tarefa juntos” (F. R., 49 anos, nascido e residente na aldeia Sassoró).*

Primeiramente o EJA trouxe aos alunos benefícios para a vida na aldeia e fora dela. Muitos dos alunos que estudam desejam adquirir autonomia para sua vida e estudam com o intuito de se tornar agente de saúde, professor, auxiliar de enfermagem, zeladores, cozinheiras, ou seja, profissionais dentro e fora da aldeia.



É também através do EJA que os indígenas mais velhos podem voltar a estudar para competir em concursos públicos, participar da aprendizagem escolar de seus filhos, resgatar sua cultura e da aldeia através do contato com outros alunos.

Além disso, o EJA reconhece as experiências que os alunos já têm, sua vivência e conhecimento para ser trabalhado no currículo da escola, o que fortalece ainda mais a escola indígena, já que os mais velhos possuem mais experiências para serem contadas aos mais novo. Foi através do EJA que muitos alunos tiveram acesso à articulação de saberes indígenas e não indígenas, reconheceram a forma escrita da sua língua materna, aprenderam a valorizar sua cultura e história local, além de aprenderem a língua portuguesa para lidar com as situações impostas do cotidiano. Assim, a modalidade EJA contribui para a formação de uma escola indígena onde os princípios de interculturalidade, especificidade e bilinguismo estão presentes.

O ensino oferecido na Escola Ubaldo Arandu Kwe-mi para as turmas de EJA já deu oportunidade para muitos trabalhadores que hoje atuam na aldeia estarem trabalhando em áreas que eles tanto almejavam, o que reforça a importância EJA para a vida da comunidade escolar e da aldeia Sassoró.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394 LDBEN** – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em fev. 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139. Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

FRANCO, Ranolfo. **Ranolfo Franco**: depoimento. [fev. 2016]. Entrevistador: CASTELÃO, Dila Duarte. Tacuru: 2017.

GONCALVES, **Beth. Beth** Gonçalves: depoimento. [fev. 2016]. Entrevistador: CASTELÃO, Dila Duarte. Tacuru: 2017.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos**.



LOPES, Maria. **Maria Lopes**: depoimento. [fev. 2016]. Entrevistador: CASTELÃO, Dila Duarte. Tacuru: 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

ORTIZ, Evânia. **Evânia Ortiz**: depoimento. [fev. 2016]. Entrevistador: CASTELÃO, Dila Duarte. Tacuru: 2017.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Projeto Político Pedagógico da Escola Ubaldo Arandu Kwe-mi. Ano 2005.

RAMIRES, Felix. **Felix Ramires**: depoimento. [fev. 2016]. Entrevistador: CASTELÃO, Dila Duarte. Tacuru: 2017.

SILVA, Norma Maria Jacinto. **EJA**: perspectivas de mudança para alunos indígenas Guarani Mbya. Revista Transdisciplinas, V. 2, N. 2, Maio 2015.

SOUZA, Flora. **Flora Souza**: depoimento. [fev. 2016]. Entrevistador: CASTELÃO, Dila Duarte. Tacuru: 2017.

Recebido Para Publicação em 15 de junho de 2017.

Aprovado Para Publicação em 30 de agosto de 2017.